COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE COMBATE DO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 191, DE 2015

Altera a Lei 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.

Autor: Deputado VICENTINHO

Relator: Deputado LAUDIVIO CARVALHO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 191, de 2015 (PL 191/2015), foi apresentado pelo Deputado Vicentinho, em 04 de fevereiro de 2015. O despacho atual determina a adoção do regime ordinário de tramitação, com apreciação conclusiva pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

No início de março, a proposição em tela foi recebida pela CSPCCO, que designou o Deputado Laudivio Carvalho como seu relator, em 19 de março de 2015. No dia seguinte, foi aberto prazo para apresentação de emendas, que foi encerrado no dia 31 do mesmo mês sem que nenhuma emenda fosse apresentada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A presente proposição legislativa foi distribuída para esta Comissão em virtude do disposto no art. 32, XVI, “d” e “g”, do RICD. No cerne de sua proposta está a ampliação das atribuições da Polícia Federal, para proceder à investigação de infrações penais “relativas a atividades de autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário – nas esferas estadual e municipal. Quando a investigação das esferas originalmente competentes ultrapassar 90 dias, configurando – portanto – omissão ou ineficiência”, além daquelas que sejam contra a atividade jornalística.

Nos termos do parágrafo único do art. 126 do RICD, as Comissões devem se cingir, em seus pareceres, “à matéria de sua exclusiva competência”. Em função desta imposição, não se farão comentários relativos à constitucionalidade da proposição ora em análise. sobre a matéria manifestar-se-á, oportunamente, a douta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

No mérito, o PL 191/2015 possui densas qualidades.

Em primeiro lugar, destaca-se que sua aprovação contribuirá para que a taxa de não resolução de crimes (taxa de atrito) seja diminuída. Isso, porque o deslocamento da atribuição original de investigação das polícias estaduais e dos demais órgãos e Poderes citados para a Polícia Federal garantirá que os crimes sejam efetivamente investigados.

Em segundo lugar, há que se realçar que a Polícia Federal, em razão de sua isenção, potencializada pelo distanciamento dos problemas corriqueiros de cunho local, apresentará resultados mais eficazes nas investigações que conduzir com base na Lei resultante da aprovação do PL 191/2015.

Um terceiro ponto a ser ressaltado diz respeito à inclusão do inciso VI ao artigo 1º da Lei nº 10.446, de 08 de maio de 2002, que ora se pretende modificar. Esse inciso trata das infrações que atentem contra a atividade jornalística.

A liberdade de imprensa é um pressuposto básico dos regimes democráticos. Aumentar sua proteção significa incrementar mesmo o

próprio caráter democrático do nosso contexto jurídico-constitucional e político atual.

A “federalização” dessas infrações, nesse passo, fará com que a liberdade de imprensa seja privilegiada, seguindo a linha de entendimentos, adotada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, cuja decisão considerou não recepcionada pela Constituição Federal a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967).

Por fim, no intuito de aperfeiçoar a técnica legislativa do PL ora em análise, apresentamos emenda modificativa, nos termos do art. 118, §5º, do RICD.

Diante do exposto, no mérito, manifestamo-nos pela aprovação do PL em tela, com emenda modificativa, motivo pelo qual pedimos o apoio dos demais Pares componentes desta Comissão Permanente, para aprovação deste Parecer.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado LAUDIVIO CARVALHO
PMDB/MG
Relator

2015-4121

PROJETO DE LEI Nº 191, DE 2015

Altera a Lei 10.446, de 08 de maio de 2002, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes e em crimes contra a atividade jornalística.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 191, de 2015, a seguinte redação:

Art. 1º

Art. 1º.....

V – relativas a atividades de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na esfera estadual, e dos Poderes Executivo e Legislativo, na municipal, quando as investigações das autoridades originalmente competentes ultrapassarem 90 dias, configurando, portanto, omissão ou ineficiência.

VI – que atentem contra a atividade jornalística.(NR)

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado LAUDIVIO CARVALHO
PMDB/MG
Relator

2015-4121